Alfabetismo e aspirações educacionais dos jovens brasileiros nas metrópoles

Vera Masagão Ribeiro*
Antônio Augusto Gomes Batista**
Ana Lucia Lima***

* Ação Educativa – Assessoria Pesquisa e Informação.

** CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e Faculdade de Educação da UFMG; pesquisador do CNPq.

*** Instituto Paulo Montenegro.

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o alfabetismo de jovens de 15 a 24 anos, residentes em nove regiões metropolitanas brasileiras. Com base em teste cognitivo e questionário aplicados a 1.008 jovens, a investigação buscou apreender as habilidades de leitura, escrita e matemática desse segmento, bem como as relações dessas habilidades com práticas de letramento, experiências e expectativas educacionais dos jovens. Constata que, mesmo sem a percepção exata de suas deficiências em relação à leitura e à escrita – medidas pelo teste –, os jovens nutrem elevadas expectativas educacionais, que podem ser aproveitadas por políticas educacionais que integrem a formação básica com a profissional.

Palavras-chave

Juventude. Alfabetismo. Leitura e escrita. Letramento. Numeramento. Inaf . Educação de jovens e adultos

Apresentação

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre o alfabetismo de jovens de 15 a 24 anos, residentes em nove regiões metropolitanas do País: Salvador, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. A investigação buscou apreender as habilidades de leitura, escrita e matemática desse segmento, bem como as relações dessas habilidades com práticas de letramento, experiências e expectativas educacionais dos jovens. Para isso, foram aplicados, em 2009, questionário e teste cognitivo a uma amostra de 1.008 jovens, entrevistados em seus domicílios.

A finalidade deste trabalho é realizar uma análise exploratória dos dados obtidos. Para isso, o artigo está organizado em cinco partes. A primeira se volta para a metodologia da pesquisa e descrição da amostra. A segunda apresenta os níveis de alfabetismo apreendidos, suas relações com os níveis de escolaridade e a avaliação que os próprios jovens fazem de suas habilidades. A constatação de uma defasagem entre os níveis de alfabetismo medidos e a auto-avaliação conduzirá, na terceira parte, a uma análise das experiências de leitura, escrita e cálculo a que estão submetidos os jovens no contexto escolar e extra-escolar, assim como, na quarta parte, a um exame de suas expectativas educacionais. Esse exame indicará a existência, entre os jovens, de fortes aspirações educativas cuja exploração – na quinta e última parte – permitirá o estabelecimento de sugestões para políticas de promoção do alfabetismo junto à população estudada.

Enfoque metodológico e características da amostra estudada

O indicador "anos de estudo" ou "grau de escolaridade" de uma população é limitado para dimensionar efetivamente seus níveis educacionais, uma vez que não capta a qualidade do processo de escolarização realizado, assim como a influência, sobre esses níveis, de experiências educativas extra-escolares. Os *surveys* que aliam testes cognitivos com questionários sobre propriedades sociodemográficas, econômicas, culturais e educacionais da população se propõem a superar essas limitações, apreendendo o domínio efetivo das habilidades básicas associadas à escolarização (leitura, escrita e habilidades matemáticas). Tais estudos têm por objetivo principal fornecer subsídios para políticas de elevação das capacidades de alfabetismo e dos níveis de qualificação da população jovem e adulta (OECD; STATISTICS CANADA, 2000; 2005).

No Brasil, esse objetivo vem sendo perseguido pelo Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), que já realizou nove levantamentos de abrangência nacional

junto à população com idade entre 15 e 64 anos. São aplicados testes com tarefas de leitura, escrita e matemática a partir de impressos que circulam em contextos cotidianos – anúncios, instruções ou notícias, por exemplo. Utilizando a metodologia Teoria da Resposta ao Item (TRI), construiu-se uma escala de proficiência com base na qual os entrevistados são classificados de acordo com o nível de alfabetismo (RIBEIRO; SOARES, 2008). Além disso, aplica-se um extenso questionário por meio do qual se apreendem dados socioeconômicos e demográficos e se investiga a trajetória familiar e educacional do respondente, suas práticas de leitura, escrita e cálculo em diversos contextos da atividade humana (mundo do trabalho, esfera da religião, domínio escolar, por exemplo). Trata-se de uma iniciativa do Instituto Paulo Montenegro e da Ação Educativa, que conta com o apoio do Ibope.

A pesquisa especial desenvolvida em 2009 sobre a população juvenil das regiões metropolitanas brasileiras permite uma abordagem inédita na investigação sobre o alfabetismo no Brasil, uma vez que abrange uma população com nível escolar muito diversificado, em fase (recente ou eminente) de entrada no mercado de trabalho e, em tese, com maiores expectativas de melhoria de sua qualificação e inserção profissional. Contraditoriamente, é um segmento que tem vivido de forma particularmente intensa as consequências das desigualdades socioeconômicas do País, as insuficiências da recente expansão dos sistemas de ensino e restrições para uma inserção adequada no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2008; GONZALES, 2009). O corte etário da população considerada jovem – 15 a 24 anos – é o adotado pelas Nações Unidas e IBGE para abranger o período de transição da infância para a vida adulta (FREITAS, 2005), e não corresponde exatamente a cortes de idade para níveis de ensino nem ingresso na População Economicamente Ativa (PEA).

A amostra (n=1.008) foi estratificada com alocação proporcional à população residente em cada região metropolitana. Dentro de cada uma, foram selecionadas amostras probabilísticas em três estágios: sorteio de municípios e setores censitários, pelo método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), e seleção de pessoas a serem entrevistadas por quotas proporcionais segundo o sexo, a idade, o nível de instrução e a condição de ocupação. As fontes utilizadas para a elaboração da amostra foram o Censo de 2000 e a PNAD de 2007. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada, considerando um modelo amostral aleatório simples, é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. Nessas condições, os percentuais encontrados podem ser expandidos para a população estudada.

A amostra resultante retrata a diversidade dos jovens metropolitanos; 50,3% são mulheres, apenas um terço se declara branco (33%), enquanto 41% se declararam pardos e 23% pretos (3% se declararam amarelos ou indígenas). No momento da pesquisa, 52% estudavam. Com relação à inserção no mercado de trabalho (Tabela 1), constatou-se que a grande maioria ou trabalhava (47%) ou buscava trabalho (31%) no momento da pesquisa. Esse último índice corresponde à soma dos que estavam desempregados com os que estavam procurando emprego pela primeira vez, e retrata as dificuldades de inserção profissional desse segmento da população, acima mencionado. Destaca-se também o fato de que mesmo entre os mais novos, até 19 anos, a maioria está trabalhando ou procurando emprego, ou seja, não caracteriza um grupo de pessoas dedicadas integralmente aos estudos.

Tabela 1 - Situação de trabalho, segundo a faixa etária

	Total	15 a 19 anos	20 a 24 anos
Está trabalhando	47%	29%	65%
Está desempregado	20%	19%	22%
Está procurando emprego pela primeira vez	11%	19%	4%
Nunca trabalhou e não está procurando emprego	16%	30%	3%
Outra situação	5%	2%	4%
BASE	1008	492	516

Fonte: Inaf Jovens, 2009

A diversidade também caracteriza o nível de escolaridade atingido pelos jovens. Como mostra a Tabela 2, quase um quarto não tem o ensino fundamental completo, nível que já deveria ser atingido pela totalidade das pessoas a partir dos 15 anos. O ensino médio, agora instituído por lei como escolaridade mínima obrigatória, só foi completado por 59% dos que já têm mais de 19 anos. Cabe destacar, entretanto, que mesmo estando longe do nível esperado, a escolaridade desses jovens é marcadamente superior a de seus progenitores: 44% de seus pais e 50% de suas mães não completaram o ensino fundamental.

Tabela 2 - Escolaridade, segundo a faixa etária

Graus de escolaridade	Total	15 a 19 anos	20 a 24 anos
Fundamental incompleto ou menos	24%	29%	20%
Fundamental comp. e Médio incomp.	39%	57%	21 %
Médio completo ou mais	37%	14%	59%
BASE	1008	492	516

Fonte: Inaf Jovens, 2009

As condições socioeconômicas da amostra se apresentam mais uniformes. Um grande contingente dos jovens pertence a famílias com recursos muito limitados: 45,6% têm a renda familiar menor ou igual a dois salários mínimos, 26,9% entre dois e cinco salários mínimos e apenas 9,8% possuem uma renda familiar maior que cinco salários mínimos.

Os níveis de alfabetismo dos jovens metropolitanos

O nível de alfabetismo dos jovens foi mensurado com base na escala Inaf, que combina itens envolvendo habilidades de letramento e numeramento (RIBEIRO; FONSECA, 2010). Com base nas características dos itens acertados por pessoas com diferentes graus de proficiência, foram definidos três níveis de alfabetismo – rudimentar, básico e pleno – que se contrapõem à condição de analfabetismo absoluto. No nível rudimentar, os respondentes conseguem localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares, ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias; no nível básico, já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações simples, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma operação; no nível pleno, leem textos mais longos, relacionando suas partes, comparam e interpretam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo sequências de operações, além da interpretação de tabelas e gráficos.

Os resultados da pesquisa (Tabela 3) mostram que só 40% dos jovens metropolitanos brasileiros atingem o nível pleno de alfabetismo, enquanto 38% atingem apenas o nível básico e 19% não superam o nível rudimentar. Se os jovens tivessem acesso a escolas de boa qualidade, o esperado seria que todos os que completassem o ensino fundamental atingissem um nível pleno de alfabetismo. Entre os que completaram o fundamental, só 36% atingem o nível pleno e entre os que completaram o médio, apenas 63%.

Tabela 3 – Níveis de alfabetismo, segundo a escolaridade

Níveis	Total	Fundamental incompleto	Fund. completo e Médio incompleto	Médio completo ou mais
Analfabeto	3%	10%	1%	1%
Alfabetismo Rudimentar	19%	41%	19%	5%
Alfabetismo Básico	38%	38%	45%	32%
Alfabetismo Pleno	40%	10%	36%	63%
BASE	1008	245	387	376

Fonte: Inaf Jovens, 2009

É possível observar defasagens entre os níveis de alfabetismo mensurados pelo teste e a avaliação que os próprios respondentes fazem de suas habilidades. Por exemplo: o percentual dos que foram considerados analfabetos na escala do Inaf (3%) corresponde exatamente ao percentual dos que afirmaram não serem capazes de ler ou escrever um bilhete simples, critério utilizado pelo IBGE para apurar o índice de analfabetismo. Essa concordância em termos de índice, entretanto, esconde diferenças quanto à avaliação que os analfabetos absolutos fazem de suas habilidades. Entre os que foram considerados analfabetos na escala Inaf, cerca da metade declara saber ler e escrever um bilhete simples. Como 5% dos classificados no nível de alfabetismo rudimentar respondem que não sabem ler e escrever um bilhete simples, esse contingente acabou por compensar os analfabetos que não se reconhecem nessa condição.

Na Tabela 4, pode-se observar que o domínio onde existe maior reconhecimento de limitações quanto às habilidades relaciona-se à matemática, isso para os três níveis de alfabetismo.[1] No que se refere à leitura e escrita, constata-se que a metade dos jovens com nível rudimentar não reconhece que tenha dificuldades; no nível básico, passam de dois terços os que não percebem que tenham limitações. No nível pleno, a auto-avaliação positiva é maior, ainda que persista um índice de pessoas que se julgam com dificuldades, em especial em relação aos cálculos.

Tabela 4 – Auto-avaliação das habilidades de leitura, escrita e cálculo, segundo o nível de alfabetismo na escala Inaf

Auto-avaliação	Alfabetismo Rudimentar	Alfabetismo Básico	Alfabetismo Pleno
Não tem nenhuma dificuldade para ler	47%	70%	88%
Não tem nenhuma dificuldade para escrever	48%	67%	85%
Não tem nenhuma dificuldade para fazer contas	31%	38%	64%
BASE	190	388	401

Fonte: Inaf Jovens, 2009

Supondo que o teste do Inaf meça adequadamente as habilidades envolvidas no alfabetismo, a defasagem entre as auto-avaliações e os níveis apreendidos pode ser atribuída a dois motivos. O primeiro repousa numa tendência – conhecida pela pesquisa sociológica sobre práticas culturais – de os respondentes superestimarem suas capacidades para evitar avaliações negativas a respeito de sua posição social, numa busca de adequação

[1] No caso da nossa amostra de jovens metropolitanos, só 29 pessoas foram classificadas como analfabetas e, por isso, o grupo não será considerado nos cruzamentos analisados.

àquilo que reconhecem legítimo ou como esperado para alguém de "boa condição"[2]. O segundo motivo – e que parece ser o principal aqui em jogo, já que os respondentes não hesitam em confessar suas dificuldades em matemática – repousa na possibilidade de a auto-avaliação corresponder exatamente à percepção dos jovens porque assim lhes parece, porque assim as evidências lhes permitem concluir. Se isso é verdade, é necessário supor que as situações sociais a que estão expostos (i) lhes trazem mais desafios no que diz respeito a conhecimentos matemáticos do que a conhecimentos ligados à língua escrita e (ii) que as exigências de uso da lecto-escrita em suas vidas tendem a ser tão restritas que não induzem a uma percepção ou tomada de consciência das limitações de suas habilidades e conhecimentos e da necessidade de sua ampliação.

Tendo em vista essa segunda possibilidade de interpretação da defasagem entre níveis de alfabetismo medidos e auto-avaliações, examinam-se, a seguir, os dados da pesquisa sobre as práticas de letramento e numeramento que os jovens tendem a vivenciar no mundo da escola, do trabalho, do lazer, bem como nas formas de acesso à informação; em seguida, exploram-se suas aspirações educacionais e por novas aprendizagens.

Práticas de letramento na escola

Junto os jovens que ainda frequentavam a educação formal no momento da pesquisa (52%), investigaram-se quais eram as práticas de letramento a que estavam submetidos nesse contexto. Na Tabela 5, é possível dimensionar a diversidade dessas práticas que os jovens experimentam na escola. Chama a atenção que as atividades que envolvem poucos desafios cognitivos, em especial a cópia, está bastante presente em todos os níveis de ensino. As atividades que envolvem maior autonomia e que envolvem usos mais complexos e autônomos da língua escrita estão menos presentes nos níveis fundamental e médio (como fazer resumos e fichamentos de textos ou fazer anotações sobre aulas). Desses estudantes, 44% cursavam o ensino médio, 39% o fundamental e 17% o ensino superior.

[2] Ver, a respeito, BOURDIEU, 1993; e, sobre o modo com o Inaf buscou lidar metodologicamente com a questão, BATISTA e RIBEIRO, 2004

Tabela 5 – Atividades que costuma realizar na escola ou faculdade, por nível de ensino que cursavam

(Pergunta apresentada só para os que estavam estudando no momento da pesquisa)

Atividades na escola	Total	Fundamental	Médio	Superior
Responder questionários ou fazer exercícios	93%	87%	94%	98%
Copiar matérias, textos ou exercícios do quadro negro	92%	91%	93%	90%
Fazer trabalhos em grupo	92%	83%	95%	94%
Fazer redação ou trabalhos	90%	82%	95%	89%
Fazer perguntas ou pedir esclarecimentos ao professor	88%	81%	88%	95%
Fazer resumos ou fichamentos de textos	86%	77%	87%	93%
Escrever textos ditados pelo professor	86%	81%	90%	83%
Copiar textos de livros	83%	83%	85%	80%
Fazer anotações sobre as aulas	82%	71%	84%	89%
Apresentar seminários ou trabalhos	82%	69%	84%	91%
Estudar ou preparar-se para provas e avaliações	81%	68%	79%	97%
Controlar suas próprias notas ou conceitos e faltas	80%	67%	80%	91%
Ler em voz alta	79%	74%	81%	81%
Participar de debates e discussões	77%	62%	77%	89%
Elaborar projetos de pesquisa e relatórios	71%	56%	70%	89%
Participar de reuniões	54%	45%	51%	67%
Outras	2%	1%	2%	2%
Não sabe/ Não respondeu	0%	1%	1%	0%
BASE	521	204	231	86

Fonte: Inaf Jovens, 2009

Foi perguntado também que materiais os jovens utilizavam na escola ou faculdade sob orientação de um professor ou professora. Como era de se esperar, predominam os livros didáticos (87%) e as fichas e apostilas (71%). Outros materiais de ampla circulação fora do ambiente escolar e que poderiam favorecer uma aproximação entre a escola e práticas sociais de leitura, escrita e cálculo são utilizados mais raramente, predominantemente no nível superior (Tabela 6).

Tabela 6 – Materiais que utilizam na escola ou faculdade sob orientação de um/a professor/a, por nível de ensino que cursavam

(Pergunta apresentada só para os que estavam estudando no momento da pesquisa)

Materiais	Total	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Livros ou manuais didáticos	87%	91%	89%	78%
Fichas e apostilas	71%	45%	72%	91%
Jornais e revistas	38%	37%	36%	43%
Calculadora	44%	26%	44%	59%
Computador	39%	32%	31%	65%
BASE	494	101	272	121

Fonte: Inaf Jovens, 2009

Pesquisas em sociologia da leitura apontam que muitas das atividades que envolvem leitura presentes no cotidiano escolar e não escolar não são identificadas pela população como leitura, noção mais relacionada, no senso comum, à leitura de livros (ver, por exemplo CHARTIER, 1993). O levantamento realizado junto aos jovens metropolitanos mostra que essa é uma atividade que vai se tornando rara na escola. Foi-lhes perguntado quantos livros não didáticos lhes tinham sido indicados por um professor ou professora nos últimos seis meses, como leitura obrigatória ou opcional. Quase a metade (49%) respondeu que professor algum havia indicado a leitura de livros nos últimos seis meses. A falta de estímulos à leitura de livros se correlaciona com níveis mais baixos de alfabetismo: não receberam indicações 67% dos jovens com nível rudimentar de alfabetismo, 50% daqueles com nível básico e 40% daqueles com nível pleno. Dos 267 respondentes que receberam indicações de livros, 62% afirmam que leram pelo menos um deles: 52% no nível rudimentar e básico, 73% no nível pleno.

Contata-se, portanto, que mesmo na principal agência de promoção do alfabetismo – a escola – as práticas de leitura mais complexas e mais associadas à ampliação da proficiência não estão tão presentes o quanto seria de se esperar e é possível supor, por isso, que, em certa medida, as auto-avaliações positivas que os jovens fazem de suas habilidades se devam às situações pouco desafiadoras de uso da escrita que nela encontram. Os dados coletados não são suficientes para que se possa realizar uma análise semelhante com foco nas habilidades de numeramento; aspecto que mereceria um aprofundamento em estudos futuros. Para o contexto extra-escolar, entretanto, um conjunto mais amplo de dados sugere que as habilidades de numeramento são mais fortemente demandadas no cotidiano dos jovens metropolitanos, como se verá na próxima seção.

Práticas de letramento no contexto extra-escolar

Em estudo realizado na cidade de São Paulo junto à população adulta (RIBEIRO, 1999), constatou-se que depois do nível escolar, o uso da leitura e escrita no trabalho é o principal preditor do nível de habilidades de alfabetismo. Uma boa parcela dos jovens metropolitanos que avaliamos neste estudo já está inserida no mercado de trabalho (empregados ou desempregados) e poderíamos, então, esperar que tal inserção pudesse favorecer suas habilidades de leitura e escrita. Entretanto, o que se constata

é que se trata majoritariamente de ocupações com baixa remuneração, em que as demandas de leitura e escrita são restritas.

A renda pessoal declarada pelos jovens trabalhadores já dá indício do tipo de ocupação que exercem: 22% têm renda de até um salário mínimo, 18% de um a dois, 12% de 2 a 5 e 4% mais de 5 salários mínimos. Procurando captar a função que exercem, o Inaf apurou que 40% são trabalhadores de manutenção e reparação, 30% trabalhadores de serviços e vendedores do comércio em lojas; só 17% trabalham em atividades técnicas de nível médio ou em serviços administrativos, que, em tese, demandariam maiores habilidades de alfabetismo.

No que diz respeito a essas demandas, para os que já tinham trabalhado alguma vez (70% do total), perguntou-se se liam ou escreviam uma série de gêneros de textos. Entre os gêneros lidos mais citados, num rol de mais de 30, estão bilhetes e recados (36%), agenda ou calendário (34%), e-mails (24%), faturas, notas fiscais e recibos (23%), boletins e relatórios (22%), catálogos ou anúncios (21%), orçamentos (19%), cartas, ofícios ou memorandos (14%). O percentual de citações é reduzido e tende a se tornar mais reduzido à medida que, *grosso modo,* aumenta a complexidade de sua leitura. Os mesmos gêneros são citados com relação à escrita, em proporções ainda menores. A síntese dessas menções (Tabela 7), no final das contas, revela que em grande parte, sobretudo nos grupos com níveis mais baixos de alfabetismo, os jovens têm poucas demandas – e, em casos, demanda alguma – de leitura e escrita no ambiente de trabalho.

Tabela 7 – Quantidade de gêneros que lê ou escreve no ambiente de trabalho, por nível de alfabetismo

(Pergunta apresentada só para os que estavam trabalhando ou já tinham trabalhado)

	Total	Rudimentar	Básico	Pleno
Leitura				
Não lê nenhum	24%	38%	25%	12%
Lê um ou dois desses gêneros	38%	43%	43%	33%
Lê três ou mais desses gêneros	38%	19%	32%	55%
Escrita				
Não escreve nenhum	29%	48%	28%	16%
Escreve um ou dois desses gêneros	50%	44%	55%	52%
Escreve três ou mais desses gêneros	21%	8%	17%	32%
BASE	701	130	270	286

Fonte: Inaf Jovens, 2009

Nas práticas de leitura não diretamente associadas à escola e ao trabalho, o principal diferencial para os jovens metropolitanos parece ser o uso do computador. São 78% os que afirmam utilizá-lo na vida cotidiana: 91% dos de nível pleno, 76% dos de nível básico e 61% dos de nível rudimentar. Desse conjunto, 60% declaram fazer uso do computador na própria casa e, desses últimos, 84% afirmam que esse computador tem acesso à Internet. Depois da televisão, a Internet figura como o principal meio pelo qual têm acesso à informação. São apenas os jovens com alfabetismo pleno (70%) aqueles que indicam usar mais fortemente a Internet como meio de acesso à informação, apesar de sua intensiva utilização na vida cotidiana pelos três grupos. Cerca de 56% dos jovens no nível básico declararam empregar a Internet para se informar e apenas 38% no nível rudimentar. Esse último grupo aponta antes o rádio como meio de acesso à informação (59%), complementar à TV (95%). Os jornais e revistas não têm a mesma presença: 39% afirmam que nunca lêem jornais e 36% que nunca lêem revistas.

Também são 39% (tendo em vista o conjunto da amostra) os que nunca lêem livros. A quantidade de livros presentes em suas residências confirma esse quadro: 30% afirmam ter menos de dez livros em casa e outros 51% afirmam ter de 11 a 50 livros.

Com relação às habilidades de numeramento relacionadas a atividades do dia-a-dia, observamos um nível de engajamento bem maior, aliando também ao reconhecimento de que tais atividades desafiam suas capacidades. Na Tabela 8, onde se exemplificam atividades cotidianas que envolvem números e cálculos, pode-se constatar que o percentual dos que não se engajam nesse tipo de atividade é menor do que os que afirmam não ler jornais, revistas ou livros. Também é significativo o percentual daqueles que afirmam fazer tais atividades com dificuldades, em especial nas mais complexas, como as de cálculo de porcentagens e compreensão de tabelas e gráficos.

Tabela 8 – Engajamento em atividades que demandam habilidades de numeramento, por nível de alfabetismo

Atividades e grau de dificuldade	Total	Rudimentar	Básico	Pleno
Conferir consumo de água, luz ou telefone				
Faz sem dificuldade	62%	59%	61%	67%
Faz com dificuldade	12%	16%	12%	8%
Não faz porque não consegue	2%	4%	2%	1%
Não faz porque não precisa / não tem oportunidade	23%	19%	24%	24%
Conferir estratos bancários				
Faz sem dificuldade	64%	52%	59%	77%
Faz com dificuldade	13%	18%	18%	6%
Não faz porque não consegue	3%	6%	3%	1%
Não faz porque não precisa / não tem oportunidade	19%	23%	21%	15%
Calcular porcentagens aproximadas mentalmente				
Faz sem dificuldade	27%	19%	22%	37%
Faz com dificuldade	55%	51%	60%	53%
Não faz porque não consegue	15%	25%	15%	7%
Não faz porque não precisa / não tem oportunidade	3%	5%	3%	3%
Consultar tabelas e gráficos				
Faz sem dificuldade	47%	32%	39%	65%
Faz com dificuldade	34%	37%	40%	27%
Não faz porque não consegue	14%	26%	16%	4%
Não faz porque não precisa / não tem oportunidade	4%	6%	5%	3%
BASE	1008	190	388	401

Fonte: Inaf Jovens, 2009

Parecem ser, portanto, limitadas as demandas de leitura e escrita que o contexto sociocultural em que os jovens metropolitanos – especialmente aqueles com nível rudimentar e básico de alfabetismo – estão inseridos lhes dirige, ao contrário das demandas de conhecimentos matemáticos, que, ao que indicam os dados, tendem a exigir habilidades mais complexas. Parte importante, assim, da defasagem entre as avaliações que esses jovens fazem de suas habilidades e aquelas habilidades medidas pode ser compreendida pela adequação do que sabem em matéria de leitura e escrita às demandas que lhes são dirigidas. Os dados da pesquisa, entretanto, mostram, como se verá a seguir, que esses jovens possuem fortes aspirações educacionais. Compreender essas aspirações e expectativas talvez seja a melhor maneira de pensar políticas de ampliação dos níveis de alfabetismo dessa população, já que para parte importante dela, o domínio da leitura e da escrita não constitui em si um problema.

Aspirações educacionais

Contrapondo-se às limitadas práticas de letramento de expressiva parcela dos jovens metropolitanos, suas aspirações educacionais são elevadas. Ainda que quase a metade deles (48%) não estivesse cursando escola ou faculdade no momento da pesquisa, 82% destes afirmam que pretendem retornar os estudos, sendo que 76% pretendem fazê-lo até o próximo ano e outros 17% em até dois anos. O ensino superior é a meta para 42% dos que pretendem retornar ao estudo. A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nível fundamental ou médio constitui a perspectiva de retorno para 26%, enquanto o ensino regular é cogitado por 20%. O ensino técnico é cogitado por somente 8% dos que pretendem retomar os estudos.

Outro índice que evidencia aspirações educacionais diz respeito à participação em cursos complementares de educação não formal (Tabela 9) ou a intenção de realizá-los nos próximos dois anos (Tabela 10). Do total dos jovens metropolitanos, 69% já realizaram algum desses cursos. Os mais procurados parecem ser – sob o ponto de vista dos jovens – os mais rentáveis para a inserção profissional, como os de informática (54%), qualificação profissional (25%), idiomas (18%), preparatório para vestibular (11%) e treinamentos na empresa (10%). Aqueles de nível pleno de alfabetismo são os que mais frequentaram esse tipo de curso, assim como os cursos que não parecem estar tão diretamente relacionados ao desenvolvimento profissional (artes, religião e cultura).

Tabela 9 – Participação em cursos de educação não formal, por nível de alfabetismo

Tipos de curso	Total	Rudimentar	Básico	Pleno
Informática	54%	36%	52%	67%
Capacitação profissional/ Curso Profissionalizante	25%	15%	22%	34%
Idiomas	18%	5%	14%	28%
Preparatório para vestibular	11%	2%	7%	19%
Treinamentos proporcionados por empresas	10%	5%	6%	17%
Preparatório para concurso público	5%	2%	6%	5%
Artes (Ex: desenho, fotografia, música, etc.)	9%	5%	9%	11%
Religião	9%	4%	7%	13%
Cultura (ex: filosofia, história, literatura, etc.)	3%	1%	3%	4%
Outros	4%	3%	4%	4%
Nenhum destes	31%	52%	32%	18%
BASE	1008	190	388	401

Fonte: Inaf Jovens, 2009

Com relação à pretensão de realizar algum desses cursos no período de dois anos, declarada por 81% dos jovens, constata-se que informática continua sendo o mais citado (35%); entretanto, nesse caso, são principalmente os jovens com nível básico (41%) e rudimentar (38%) que manifestam esse interesse. Os cursos de capacitação profissional e treinamentos na empresa também são mencionados majoritariamente pelos de nível básico.

Tabela 10 – Cursos de educação não formal que pretende realizar nos próximos dois anos, por nível de alfabetismo

Tipos de cursos	Total	Rudimentar	Básico	Pleno
Informática	35%	38%	41%	27%
Capacitação profissional/ Curso Profissionalizante	33%	25%	37%	35%
Idiomas	31%	17%	29%	39%
Preparatório para vestibular	21%	11%	24%	25%
Treinamentos proporcionados por empresas	9%	5%	10%	9%
Preparatório para concurso público	22%	8%	22%	30%
Artes (Ex: desenho, fotografia, música, etc.)	7%	3%	8%	9%
Religião	3%	3%	2%	4%
Cultura (ex: filosofia, história, literatura, etc.)	4%	2%	5%	4%
Outros	5%	4%	5%	5%
Nenhum destes	19%	31%	17%	13%
BASE	1008	190	388	401

Fonte: Inaf Jovens, 2009

Para dimensionar em que medida as políticas que visam ampliar as oportunidades educacionais para jovens e adultos vêm tendo penetração junto ao público alvo, apresentou-se ao conjunto da amostra a seguinte questão: "Existem alguns cursos ou iniciativas que oferecem oportunidades aos jovens e adultos que interromperam seus estudos para que voltem a estudar. Você conhece algum desses programas?" De forma espontânea, o Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, realizado em parceria entre o governo federal e prefeituras – foi o mais citado, por 23% dos respondentes. A EJA de ensino fundamental foi mencionada por 17% e a EJA de ensino médio por 15%. O programa Brasil Alfabetizado, lembrado por 14%, figura em quarto lugar.

A mesma questão foi reapresentada, em seguida, de forma estimulada, ou seja, foi apresentada aos respondentes uma cartela com o nome ou descrição dos programas para que indicassem qual conheciam, ainda que de ouvir falar. A Tabela 11 apresenta os índices das respostas estimuladas, confirmando que o mais conhecido é o Projovem (71%), com percentuais semelhantes para os três níveis

de alfabetismo. Outro programa federal, o Brasil Alfabetizado, tem um índice de conhecimento bem mais baixo, 37%, também distribuído de forma equilibrada nos três níveis de alfabetismo. Já quanto à EJA de ensino fundamental ou médio – conhecida por aproximadamente metade dos jovens – é expressiva a diferença do índice quando considerado o nível de alfabetismo: os jovens com níveis mais baixos de alfabetismo têm menos conhecimento dos programas. O mesmo acontece com o ensino médio técnico público ou privado conhecidos por 34% (público) e 27% (privado) dos jovens: enquanto, por exemplo, só 27% e 30% dos jovens com nível rudimentar e básico conhecem o ensino médio técnico público, o índice é de 42% entre os com nível pleno. O padrão se repete nas menções relativas a outras modalidades de educação profissional: 48% dos jovens de nível pleno conhecem, contra 38% no nível básico e 32% no nível rudimentar. Os programas relacionados ao ingresso no ensino superior, como esperado, são também mais conhecidos pelos jovens com melhor nível de alfabetismo.

Tabela 11 – Conhecimento de oportunidades educacionais para jovens e adultos (respostas estimuladas)

Tipos de programas	TOTAL	Rudimentar	Básico	Pleno
Programas federais de Educação Básica				
Pró-jovem	71%	69%	73%	70%
Brasil Alfabetizado	37%	36%	38%	37%
Modalidade EJA				
Escola com EJA (Fundamental)	51%	41%	52%	58%
Escola com EJA (Ensino Médio)	50%	38%	50%	57%
Ensino Profissionalizante				
Escola técnica de nível médio pública (gratuita)	34%	27%	30%	42%
Escola técnica de nível médio particular (paga)	27%	21%	24%	35%
PROEJA, curso de EJA profissionalizante	23%	18%	23%	27%
Cursos profissionalizantes / qualificação profissional	40%	32%	38%	48%
Programas de acesso ao nível superior				
Cursinho pré-vestibular pago	45%	28%	40%	59%
Cursinho pré-vestibular popular/comunitário/gratuito	41%	29%	38%	50%
Programas de bolsas para cursar faculdade privada, como Prouni	44%	23%	39%	61%
Vagas reservadas para alunos de escola pública ou negros em universidade pública	22%	16%	16%	32%
Outras opções				
Outros	2%	1%	2%	2%
Não conhece nenhum/ Não se lembra de nenhum	3%	5%	1%	1%
Não sabe/ Não respondeu	1%	2%	1%	0%
BASE	1008	190	388	401

Fonte: Inaf Jovens, 2009

De forma geral, pode-se dizer que o grau de conhecimento dos jovens sobre oportunidades educacionais é pequeno, tendo em vista suas expectativas educacionais e, pelo que indica a testagem do Inaf, suas necessidades de aprendizagem quanto ao domínio das habilidades básicas. O Projovem, programa de natureza emergencial, com foco nos jovens de baixa escolaridade, parece conseguir maior penetração junto a esse segmento. Já é uma referência mais presente do que as políticas mais estruturais, como a EJA de ensino fundamental e médio. Talvez o fato de o Projovem oferecer bolsas de estudo, além de buscar uma integração entre ensino fundamental e qualificação profissional básica justifique um maior interesse dos jovens nesse curso (para mais informações sobre as características do programa, ver http://www.projovemurbano.gov.br/site/). É provável, ainda, que uma atitude convocatória mais explicita do poder público surta efeitos positivos, sugerindo que estratégias semelhantes deveriam ser adotadas para a modalidade EJA, de forma geral. Chama a atenção o fato de que a EJA integrada à qualificação profissional seja ainda tão pouco conhecida.

Conclusões

Os níveis insuficientes de alfabetismo demonstrados pelos jovens metropolitanos, assim como a grande parcela deles que já interrompeu os estudos e que não alcançou o nível de ensino esperado para a faixa etária configuram um quadro problemático: essa faixa etária parece viver de forma particular o ciclo vicioso da exclusão econômica, educacional e cultural. Por um lado, conseguem realizar uma escolarização mais alongada que seus pais; por outro, não desenvolvem as habilidades escolares esperadas e, ao se empregarem, também não conseguem os postos de trabalho vantajosos, que demandam um domínio mais amplo das habilidades de letramento e numeramento.

Provavelmente pela baixa demanda de habilidades mais complexas de leitura e escrita no ambiente de trabalho, assim como no que se refere a seus hábitos culturais e meios de informação, suas insuficiências nesses domínios não lhes parecem tão problemáticas. Suas expectativas educacionais, porém, principalmente aquelas relacionadas à carreira profissional, são elevadas. A interrupção dos estudos ou a defasagem idade/série experimentada pela maioria não implicam um afastamento definitivo ou a falta de expectativas de continuidade da trajetória educativa. As políticas educacionais voltadas para esse público, portanto, parecem ter mais chance de êxito se considerarem essas evidências. Se isso é verdade, campanhas e cursos que focalizem

especificamente as habilidades de leitura e escrita consideradas como um fim em si mesmas (como o Brasil Alfabetizado ou campanhas de incentivo ao gosto pela leitura, por exemplo) parecem ter menos chances de êxito do que as que apontam para a continuidade da educação formal e para a qualificação profissional. Nesse aspecto, têm razão os teóricos do letramento (ver, a respeito, BARTON; HAMILTON, 1998) que advogam o chamado letramento situado, que optam por abordar teórica e pedagogicamente as capacidades de leitura e escrita sempre inseridas em contextos reais de uso e no quadro dos significados que aqueles que delas se apropriam lhes atribuem: para os jovens aqui estudados, não se coloca a questão do aprimoramento de suas capacidades de ler e de escrever, mas a necessidade de melhorar suas condições educacionais para assegurar uma inserção no mundo do trabalho.

Os dados mostram, claramente, que as expectativas estão associadas à percepção das próprias possibilidades de alcançar os níveis educacionais desejados. Nesse contexto, uma política educacional comprometida em reverter a exclusão econômica e cultural dos jovens metropolitanos deverá assumir uma atitude convocatória, aproveitando as expectativas de retorno e continuidade dos que interromperam os estudos ou estão defasados. O exemplo do Projovem sugere um caminho, mas é o espírito que deve animar também as políticas estruturais de educação de jovens e adultos, tanto no ensino formal quanto não formal.

Literacy and the educational aspirations of Brazil's metropolitan youth

Abstract

This paper presents the results of research on literacy of 15 to 24 year olds, living in nine metropolitan regions in Brazil. Based on cognitive testing and questionnaire given to 1,008 young people, the investigation sought to learn about reading, writing, and math abilities among this segment, as well as the relationship between these skills and the practices of literacy, experiences, and educational expectations for these young people. It was found that, even without an exact perception of their deficiencies in relation to reading and writing (as measured by the test), these young people feed high educational expectations, which can be used to advantage in educational policies that integrate basic education with professional education.

Keywords:

Youth. Literacy. Numeracy. Inaf. Adult education

Referências

BARTON, D.; HAMILTON, M. *Local literacies*: reading and writing in one community. Londres e Nova York: Routledge, 1998.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; RIBEIRO, Vera Masagão. Cultura escrita no Brasil: modos e condições de inserção. *Educação e Realidade*, v. 29, n.2, jul/dez 2004. p. 89-124.

BOURDIEU, Pierre. La lecture: une pratique culturelle. Débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Pratiques de la lecture*. Paris : Payot et Rivage, 1993. p.267-294.

CHARTIER, Anne-Marie *et al*. Lectures pratiquées et lectures declarés. Réfléxions autour d'une enquête sur les lectutes des étudiants en l'UFM. In: FRAISSE, E. (org.) *Les étudiants et la lecture*. Paris: PUF, 1993. p.73-98.

FREITAS, Maria Virgínia. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GONZALES, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão *et al*. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. p. 109 – 128.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transformações ocupacionais. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

OECD; STATISTICS CANADA. *Learning a Living: first results of the Adult Literacy* Paris: OECD, 2005.

OECD; STATISTICS CANADA. *Literacy in the information age*: final report of the International Adult Literacy Survey. Paris: OECD, 2000.

RIBEIRO, Vera M. *Alfabetismo e atitudes*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1999.

RIBEIRO, Vera M.; FONSECA, M. da Conceição. Matriz de referência para medição do alfabetismo nos domínios do letramento e do numeramento. *Estudos em Avaliação Educacional,* v. 21, n. 45, p. 147-168, jan./abr. 2010

RIBEIRO, Vera M.; SOARES, Tufi M. Construção de escala combinada para a medição do alfabetismo em contexto não escolar. *Estudos em avaliação educacional*, v.19, n. 41, p 449-464, set/dez 2008.

Recebido em: SETEMBRO de 2011
Aprovado em: DEZEMBRO de 2011